





INFORMAÇÃO TÉCNICA CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

Atualizada em 26 de setembro de 2025

Assunto: Normativa e procedimento facilitado para solicitação de inscrição, alteração de dados, regularização e consulta de número de inscrição de CPF para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

No contexto das atividades realizadas no âmbito da Ação Nacional de Documentação para o público do Sistema Socioeducativo, compartilhamos legislações expedidas pela Receita Federal do Brasil (RFB) voltadas à padronização e à facilitação de procedimentos seguros para solicitação à distância de inscrição, alteração de dados, regularização e consulta ao número de inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

De acordo com a Instrução Normativa da RFB n° 2.172, de 9 de janeiro de 2024, alterada em seu Anexo V pela Norma de Execução COCAD n° 67, de 05 de agosto de 2024, requerimentos envolvendo CPF para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa podem ser efetuados mediante a apresentação de ofício, assinado pelo titular ou substituto da unidade de internação, ou do instituto/Secretaria de Estado, instruído com as seguintes informações:

- A indicação do nome de até dez adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, instruído com documento de identificação que comprove o nome, a data de nascimento, a filiação e a naturalidade; ou certidão de nascimento ou casamento. No caso de solicitação para adolescente estrangeiro, a filiação é dispensada, sendo declaratória;
- 2. A confirmação de que os documentos enviados são autênticos conforme os originais, caso não estejam autenticados;
- 3. O endereço completo da unidade de internação ou Secretaria de Estado, e-mail institucional e número de inscrição do CNPJ. Caso a unidade solicitante não tenha inscrição no CNPJ, deverá ser







informado o NI-CNPJ do instituto/Secretaria de Estado ao qual estiver vinculada.

- 4. Cópia do documento de identificação e do ato de designação/nomeação do titular ou substituto da referida unidade de internação ou do instituto/Secretaria de Estado;
- 5. Assinatura do ofício pelo responsável da unidade de internação ou do instituto/Secretaria de Estado, ou substituto legal, em conformidade com o documento de identificação enviado. A assinatura poderá ser digital, desde que seja possível conferir a sua autenticidade.

Cabe destacar que cada nova solicitação deve ser instruída com toda a documentação prevista, mesmo que já enviada anteriormente.

O requerimento poderá ser remetido, preferencialmente, por intermédio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), nos termos do que dispõem a Instrução Normativa nº 2.022, de 16 de abril de 2021, e a Portaria COCAD nº 22, de 19 maio de 2022. Recomendamos a utilização deste portal, vez que a solicitação digital é o meio mais ágil, permitindo que o requerente acompanhe o andamento processual da sua solicitação. Para tanto, faz-se necessário apenas anexar os documentos citados e informar o NI-CNPJ da unidade ou do órgão ao qual se vincula.

Para melhor compreender como utilizar essa ferramenta, sugerimos a leitura do Manual de Funcionalidades do Sistema de Controle de Processos Digitais – e-Processo no Portal e-CAC, clicando no link https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/manuais/manual-do-e-processo/manual-do-e-processo-2022-02.

Alternativamente, o ofício com os itens supramencionados poderá ser direcionado via e-mail da respectiva Região Fiscal da RFB que acompanha cada Unidade Federativa, conforme endereços eletrônicos elencados abaixo.

Por fim, para esclarecimentos de dúvidas, a equipe da Área de Documentação e Identificação Civil do Programa Fazendo Justiça permanece à disposição, por meio do endereço eletrônico: doc.socioeducativo@cnj.jus.br.







E-mail de cada Região Fiscal da Receita Federal do Brasil

- la Região Fiscal (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins): atendimentorfb.01@rfb.gov.br;
- 2ª Região Fiscal (Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Amapá): atendimentoexternorf02.pa@rfb.gov.br;
- 3ª Região Fiscal (Ceará, Piauí e Maranhão): expedientesrfb.rf03@rfb.gov.br;
- 4ª Região Fiscal (Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte): enviar para o e-mail da Delegacia da Receita Federal do Brasil mais próxima:
 - João Pessoa: drfjpa.pb@rfb.gov.br;
 - Recife: gabdrf.pe.recife@rfb.gov.br;
 - Natal: gabin.rn.drfnat@rfb.gov.br;
 - Maceió: <u>drfmac.al@rfb.gov.br</u>;
 - Caruaru: drfcru.pe@rfb.gov.br.
- 5ª Região Fiscal (Bahia e Sergipe): ecad.rf05@rfb.gov.br;
- 6ª Região Fiscal (Minas Gerais): comunicacaooficial.srrf06@rfb.gov.br;
- 7ª Região Fiscal (Rio de Janeiro e Espírito Santo): oficiosexternos.ri.srrf07@rfb.gov.br;
- 8ª Região Fiscal (São Paulo): expedientes.rf08@rfb.gov.br;
- 9ª Região Fiscal (Paraná e Santa Catarina): formaliza.srrf09@rfb.gov.br;
- 10ª Região Fiscal (Rio Grande do Sul): ecad.vr10.rs@rfb.gov.br.